



Exmo/a Senhor/a
Versus - Construção Civil e Obras Públicas, S.A.
Rua de Ansião

3100-474 POMBAL

Outros dados Entidade: 509359809

Referência	Data de emissão	Processo	Serviço emissor
Ofício n.º 36 / 2024	03/01/2024	2023/300.10.005/1271	Contratação Pública

Assunto: Notificação de adjudicação - Aquisição de sinalização rodoviária vertical para o Município de Sines

Exmos. Srs.

Nos termos do disposto no art.º 77.º do Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29.01, na sua atual redação - Código dos Contratos Públicos (CCP), informa-se V. Exas. que, por despacho do Exmo. Sr. Vice-presidente da Câmara Municipal de Sines, datado de 21/12/2023, foi adjudicada à **VERSUS – CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS, S.A.** a aquisição mencionada em epígrafe, pelo valor de € 24.444,80 (vinte e quatro mil quatrocentos e quarenta e quatro euros e oitenta centimos), a que acresce o IVA à taxa de 23%, no montante de € 5.622,30 (cinco mil seiscientos e vinte e dois euros e trinta centimos) o que totaliza € 30.067,10 (trinta mil e sessenta e sete euros e dez centimos).

Assim, fica o adjudicatário notificado para:

1. Que se pronuncie, ao abrigo do art.º 101º do CCP, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre a minuta do contrato aprovada em simultâneo com a decisão de adjudicação e que segue em anexo a esta notificação;
2. Indicar o segundo outorgante do contrato, bem como a qualidade em que outorga, juntando documento que comprove o poder de representação;
3. Registo Central do Beneficiário Efetivo, de acordo com o disposto na Lei n.º 89/2017 e regulado pela Portaria n.º 233/2018, de 21 de agosto;
4. No prazo de 05 (cinco) dias úteis, apresentar os documentos de habilitação, conforme o art.º 81º do CCP, nomeadamente:

Quando assinado digitalmente, o documento impresso constitui uma cópia autenticada do original digital, desde que validado pelo selo branco da Câmara Municipal de Sines.



- a) Declaração Anexo II, prevista na alínea a) do n.º 1 do art.º 81º do CCP, na sua redação atual, cujo modelo se anexa,
- b) Os documentos comprovativos de que não se encontra na situação prevista nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do art.º 55.º do CCP, respetivamente:
- Situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;
 - Situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;
 - Certificado de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, da pessoa coletiva e de todos os titulares dos seus órgãos sociais da administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP, não bastando a apresentação de certidões em número equivalente ao das pessoas com poderes para obrigar a sociedade.

Com os melhores cumprimentos.

O Chefe da Divisão de Administração e Finanças
(No uso de competências delegadas e/ou subdelegadas)
